

REQUERIMENTO Nº
(Do Sr. Rubens Bueno)

**Requer o desarquivamento de
Proposições.**

Senhor Presidente:

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero o desarquivamento das seguintes Proposições de minha autoria:

PDC 391/2016 - SUSTA O INCISO I, DO ART. 2º, DO DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007, QUE IMPÕE LIMITES MÍNIMOS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE ENTRE A UNIÃO COM OS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS.

PDC 190/2015 - SUSTA OS EFEITOS DO ACORDÃO Nº 925-13/13-P, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, ÓRGÃO AUXILIAR DO CONGRESSO NACIONAL.

PDC 128/2015 - SUSTA A APLICAÇÃO DO ART. 7º, INCISO III, DA PORTARIA Nº 357, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE EQUALIZAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE OS SALDOS MÉDIOS DIÁRIOS DE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E PELA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP.

PDC 1492/2014 - SUSTA O DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - PNPS E O SISTEMA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - SNPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PDC 557/2012 - SUSTA A APLICAÇÃO DO ART. 19 DA PORTARIA Nº 10, DE 30 DE ABRIL DE 2010, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL A SER CONCEDIDO PELO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR (FIES).

DC 1482/2001 - SUSTA OS EFEITOS DO DECRETO 4010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

PDC 1448/2001 - SUSTA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 3.962, DE 10 DE OUTUBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

PDC 1189/2001 - SUSTA OS EFEITOS DO ART. 18 DA MP 2223, DE 2000, QUE VIOLA DIREITOS CONSTITUCIONAIS COMO O LIVRE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO, O DIREITO DE PROPRIEDADE, DENTRE OUTROS.
DADOS COMPLEMENTARES: SUSTANDO EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA QUE AUTORIZA O JUIZ, A REQUERIMENTO DO CREDOR, DETERMINAR A CASSAÇÃO DE MEDIDA LIMINAR, CAUTELAR OU DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA QUE TENHA INTERFERIDO NA EFICÁCIA DE CLÁUSULAS DO CONTRATO DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, NO CASO DO NÃO-PAGAMENTO TEMPESTIVO, DOS TRIBUTOS E DAS TAXAS CONDOMINIAIS INCIDENTES LLSOBRE O IMÓVEL OBJETO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO.

PEC 435/2018 - ALTERA OS ARTS. 39 E 93 DA CONSTITUIÇÃO, PARA MODIFICAR O REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEC 415/2014 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 11, DO ART. 14, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA SUPRIMIR A TRAMITAÇÃO EM SEGREDO DE JUSTIÇA DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.

PEC 303/2013 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ART. 73 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A FORMA DE ESCOLHA DOS MINISTROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

PEC 163/2012 - DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 93, 95 E 103-B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA VEDAR A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COMO MEDIDA DISCIPLINAR E ESTABELECE A PERDA DE CARGO DE MAGISTRADO NOS CASOS DE QUEBRA DE DECORO.

PEC 142/2012 - EXTINGUE O FORO ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE CRIME DE RESPONSABILIDADE.

PEC 95/2011 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 128 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A FORMA DE INDICAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

PEC 54/2011 - ALTERA O ART. 74 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE O MANDATO DOS CONTROLADORES INTERNOS DE CADA PODER E INSTITUIÇÃO.

PEC 17/2011 - DÁ NOVA REDAÇÃO E ACRESCENTA INCISOS AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA MODIFICAR A FORMA DE INDICAÇÃO DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

PEC 439/2001 - PROÍBE A PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DE AGENTES POLÍTICOS EM EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIODIFUSÃO. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERANDO O ARTIGO 222 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PEC 293/2000 - ALTERA O ART. 75 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE O MANDATO DOS CONSELHEIROS DOS TRIBUNAIS E CONSELHOS DE CONTAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PEC 168/1999 - ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA DISPOR SOBRE O RECESSO PARLAMENTAR REPARTIDO. **DADOS COMPLEMENTARES:** PODENDO O RECESSO DO MES DE JULHO SER REPARTIDO EM ATÉ TRÊS PERÍODOS DE DEZ DIAS CORRIDOS; ALTERANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PEC 48/1999 - ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 206 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPONDO QUE CABE A LEGISLAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO ESTABELECEER AS CONDIÇÕES E FORMA DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO, ALTERANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PL 11190/2018 - ASSEGURA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS PELOS TRIBUNAIS, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, MEMBROS DA MAGISTRATURA NACIONAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

PL 10512/2018 - CONFERE AO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, NO ESTADO DO PARANÁ, O TÍTULO DE CAPITAL NACIONAL DA SEDA.

PL 10172/2018 - ALTERA A LEI N.º 1.075, DE 27 DE MARÇO DE 1950, QUE DISPÕE SOBRE DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE. **DADOS COMPLEMENTARES:** CONCEDE DESCONTO DE CINQUENTA POR CENTO NO VALOR DE INGRESSO PARA EVENTOS CULTURAIS, ESPORTIVOS E DE LAZER PARA DOADORES VOLUNTÁRIOS E REGULARES DE SANGUE.

PL 9960/2018 - ALTERA A LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012, PARA INSTITUIR INCENTIVO FISCAL PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

PL 9722/2018 - ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, QUE "DISPÕE SOBRE FOROS, LAUDÊMIOS E TAXAS DE OCUPAÇÃO RELATIVAS A IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** ESTABELECE QUE A UNIÃO REPASSARÁ 50% (CINQUENTA POR CENTO) DOS RECURSOS ARRECADADOS POR MEIO DA COBRANÇA DE TAXA DE OCUPAÇÃO, FORO E LAUDÊMIO AOS MUNICÍPIOS E AO DISTRITO FEDERAL ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS IMÓVEIS QUE DERAM ORIGEM À COBRANÇA.

PL 7926/2017 - ACRESCENTA O ART. 294-A AO DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** PREVÊ O IMEDIATO AFASTAMENTO DE AGENTE POLÍTICO NO CASO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, PRISÃO PREVENTIVA OU PRISÃO TEMPORÁRIA.

PL 7829/2017 - ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 2º DA LEI Nº 10.880, DE 2004, DISPONDO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR A ESTUDANTES MATRICULADOS EM ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

PL 7194/2017 - ALTERA O INCISO I DO ART. 32 DA LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO 2015, QUE INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). **DADOS COMPLEMENTARES:** AUMENTA O PERCENTUAL DA RESERVA DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA O ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

PL 6572/2016 - ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, PARA DISPOR SOBRE CURSO ESPECIALIZADO PARA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS.

PL 6571/2016 - ALTERA A LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES, LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 PARA INCLUIR ENTRE AS OBRIGAÇÕES DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - QUANDO OPERADORAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL - O BLOQUEIO DOS APARELHOS OBJETOS DE ROUBO OU FURTO.

PL 5918/2016 - ALTERA A LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO), REGULAMENTANDO A OBRIGAÇÃO DE SEREM DISPONIBILIZADOS OS VALORES AUFERIDOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS QUANDO ATUAREM EM DETERMINADA ÁREA PRIVADA.

PL 5622/2016 - ALTERA A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998 - QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA ESTENDER A SUA APLICAÇÃO AOS PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS.

PL 5536/2016 - ALTERA A LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, DISPONDO SOBRE O SEGURO-GARANTIA.

PL 5208/2016 - ALTERA A LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, E A LEI Nº 8.429, DE 2 DE JULHO DE 1992 PARA DISPOR SOBRE CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE LENIÊNCIA COM PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 4279/2016 - ALTERA O ARTIGO 60 DA LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010. **DADOS COMPLEMENTARES:** PROPÕE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) SOBRE RENDIMENTOS PAGOS, CREDITADOS, EMPREGADOS, ENTREGUES OU REMETIDOS PARA O EXTERIOR ATÉ O LIMITE GLOBAL DE R\$20.000,00 (VINTE E MIL REAIS).

PL 4275/2016 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º DA LEI N.º 10.259/2001, PARA AUMENTAR DE SESSENTA PARA CEM SALÁRIOS MÍNIMOS A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FEDERAL.

PL 3630/2015 - DISPÕE SOBRE A ANISTIA ÀS MULTAS E SANÇÕES APLICADAS AOS CAMINHONEIROS PARTICIPANTES DO MOVIMENTO GREVISTA INICIADO EM 9 DE NOVEMBRO DE 2015.

PL 3446/2015 - ALTERA A LEI Nº 7.827, DE 1989, PARA ESTABELECEER LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO PARA AS ATIVIDADES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

PL 3391/2015 - CONCEDE ANISTIA AO DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL PROTÓGENES PINHEIRO DE QUEIROZ QUE COORDENOU A OPERAÇÃO POLICIAL SATIAGRAHA.

PL 3324/2015 - TORNA OBRIGATÓRIA A DISPONIBILIZAÇÃO DE INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS EM HOSPITAIS DE GRANDE PORTE.

PL 3050/2015 - ALTERA O PARÂMETRO A SER UTILIZADO NO ESTABELECIMENTO DO VALOR DO DIA-MULTA NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI Nº 8.137, DE 1990.

PL 2789/2015 - ACRESCENTA ARTIGO A LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950, QUE DEFINE OS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E REGULA O RESPECTIVO PROCESSO DE JULGAMENTO, PARA INSERIR HIPÓTESE DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, ONDE HOVER.

PL 2775/2015 - DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE ALIMENTOS POR SUPERMERCADOS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES.

PL 2653/2015 - ALTERA A LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS AGENTES PÚBLICOS NOS CASOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DE MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA), PARA TRATAR DO ACESSO À DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO E RENDIMENTOS DE AGENTE PÚBLICO SOB INVESTIGAÇÃO.

PL 2652/2015 - ALTERA AS LEIS NºS 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, E 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950, E O DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967, PARA TIPIFICAR, COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E COMO CRIME DE RESPONSABILIDADE, A UTILIZAÇÃO DA PUBLICIDADE OFICIAL PARA PROMOÇÃO PESSOAL.

PL 2651/2015 - ALTERA A LEI Nº 8.429, DE 02 DE JUNHO DE 1992, PARA AMPLIAR PARA 10 (DEZ) ANOS O PRAZO PRESCRICIONAL PARA SE INICIAL PROCESSOS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

PL 2568/2015 - ALTERA A LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999, PARA DETERMINAR A PERDA DA EFICÁCIA DE MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS MONOCRATICAMENTE EM AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE IMPUGNEM EMENDAS À CONSTITUIÇÃO,

QUANDO NÃO FOREM REFERENDADAS PELA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ATÉ A SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA SUBSEQUENTE DE SEU PLENÁRIO.

PL 2307/2015 - DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DE CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE ROUBO.

PL 2218/2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROTOCOLO CLÍNICO ESPECÍFICO PARA O TRATAMENTO DE DOENÇA DECORRENTE DE VÍCIO EM EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS.

PL 2049/2015 - INSTITUI O SELO PRÓ-ÁGUA, PARA CERTIFICAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E APARELHOS SANITÁRIOS COM USO EFICIENTE DE ÁGUA.

PL 2048/2015 - ADAPTA O ACESSO A CARGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS, BEM COMO O RESPECTIVO EXERCÍCIO, RELATIVAMENTE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, AOS TERMOS DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, RATIFICADA PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 9 DE JULHO DE 2008, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 20 DE AGOSTO DE 2008.

PL 1922/2015 - ALTERA A LEI Nº 12.715, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012, PARA TORNAR PERMANENTE O BENEFÍCIO FISCAL CONCEDIDO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS EM RAZÃO DE DOAÇÕES OU PATROCÍNIOS AO PRONON E AO PRONAS/PCD.

PL 1422/2015 - ALTERA A LEI 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009, SUPRIMINDO PRERROGATIVAS DOS INTEGRANTES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CARF.

PL 1421/2015 - ALTERA O ARTIGO 12 DA LEI 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ESTABELECENDO A RESPONSABILIDADE DE PRODUTORES E FABRICANTE PARA PRODUTOS ADQUIRIDOS NO EXTERIOR.

PL 1240/2015 - ALTERA O ARTIGO 26 DA LEI 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, AMPLIANDO O PRAZO DO DIREITO DE RECLAMAÇÃO.

PL 1063/2015 - INSTITUI AS FEDERAÇÕES DE PARTIDOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 1995.

PL 566/2015 - DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO INCIDENTE SOBRE INSTRUMENTOS MUSICAIS, EQUIPAMENTOS MUSICAIS, SUAS PARTES E ACESSÓRIOS,

CONSTANTES DA TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (TIPI), E PARTITURAS MUSICAIS. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI Nº 10.865, DE 2004.

PL 565/2015 - ACRESCENTA O INCISO VI AO ART. 652 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, PARA FIXAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAR AÇÕES DE DANOS MORAIS E PATRIMONIAIS DECORRENTES DE INFORTÚNIOS DO TRABALHO E DE MORTE DO EMPREGADO.

PL 520/2015 - ANISTIA AS PENALIDADES APLICADAS COM BASE NO ARTIGO 253 E NOS INCISOS V, VII, X E XII, DO ARTIGO 181, DA LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COMETIDAS PELOS VEÍCULOS CLASSIFICADOS NO ARTIGO 96, INCISO II, ALÍNEA B, ITENS 6 E 7, E ALÍNEA E, DA MESMA LEI, APLICADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL NO PERÍODO DE 18 DE FEVEREIRO A 2 DE MARÇO DE 2015.

PL 415/2015 - ACRESCE PARÁGRAFOS AO ART. 43 DA LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964, QUE "DISPÕE SOBRE O CONDOMÍNIO EM EDIFICAÇÕES E AS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS" PARA DISPOR SOBRE A MORA DO INCORPORADOR NA ENTREGA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA AUTÔNOMA AO PROPRIETÁRIO, PROMITENTE COMPRADOR, CESSIONÁRIO OU PROMITENTE CESSIONÁRIO DOS DIREITOS AQUISITIVOS SOBRE O ALUDIDO IMÓVEL.

PL 412/2015 - ACRESCENTA ALÍNEA "H" AO ART. 8º DA LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995, AUTORIZANDO QUE SEJAM DEDUTÍVEIS, NA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, AS DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO, PARA CONSUMO DO CONTRIBUINTE COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A CINQUENTA ANOS.

PL 411/2015 - ALTERA A LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995, PARA ACRESCENTAR A LETRA "J" AO INCISO II DO ART. 8º E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 410/2015 - CRIA CADASTRO NACIONAL DE DOADORES DE PELE.

PL 312/2015 - INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA AS LEIS Nº 8.001, DE 1990 E 8.666, DE 1993.

PL 264/2015 - ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 116 DO DECRETO - LEI N.º 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL NOS CRIMES CONTRA O ERÁRIO.

PL 263/2015 - ACRESCENTA OS ARTS. 15 - A E 18 - A A LEI N.º 8.429, DE 02 DE JUNHO DE 1992, QUE "DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS AOS AGENTES PÚBLICOS NOS CASOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DE MANDATO, CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** ESTABELECE PRIORIDADE À TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS RELATIVOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

PL 262/2015 - ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986, QUE DEFINE OS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA ESPECIFICAR AS CONDUTAS DE GESTÃO FRAUDULENTA E GESTÃO TEMERÁRIA.

PL 261/2015 - ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, E À LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, PARA DISPOR SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE RECOLHIMENTO, PELAS CONCESSIONÁRIAS, DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARA O FGTS.

PL 8059/2014 - ALTERA A LEI Nº 7.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1984 PARA DISPOR SOBRE A ATIVIDADE DO TRANSPORTADOR AUTÔNOMO.

PL 7985/2014 - ALTERA DISPOSITIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO LEI Nº. 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, DE FORMA A AMPLIAR A LICENÇA PATERNIDADE.

PL 7837/2014 - ALTERA A LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009, PARA DISPOR SOBRE A OPERAÇÃO, EM ÁGUAS BRASILEIRAS, DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE PESCA ARRENDADA POR PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA BRASILEIRA.

PL 7719/2014 - ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA FACULTANDO QUE AS MERCADORIAS VENDIDAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO SEJAM ENVIADAS ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS OU ÀS ZONAS ALFANDEGÁRIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA O DECRETO-LEI Nº 1.248, DE 1972.

PL 7639/2014 - **EMENTA:** REGULA A PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE BAIXA LETALIDADE. **SITUAÇÃO:** RETIRADO PELO AUTOR

PL 7625/2014 - DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS PARA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA URBANA POR EQUIPAMENTOS

URBANOS DO TIPO QUIOSQUE, TRAILER, FEIRA, BANCA DE VENDA DE JORNAIS E DE REVISTAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 7522/2014 - ACRESCENTA ALÍNEA AO INCISO II DO CAPUT DO ART. 8º DA LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995, PARA PERMITIR A DEDUÇÃO, DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (IRPF), DAS DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE LIVROS REALIZADOS POR PROFESSORES E SEUS DEPENDENTES.

PL 7517/2014 - MODIFICA O ART. 692 DA LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, PARA ESTABELECEER LIMITE MÍNIMO NO VALOR DO BEM A SER ARREMATADO EM HASTA PÚBLICA, EM SEGUNDA PRAÇA OU LEILÃO.

PL 7502/2014 - REGULAMENTA O § 1º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTABELECEER LIMITES DE GASTOS PARA A PUBLICIDADE DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS, SANÇÕES NOS CASOS DE SUA VIOLAÇÃO, E DIVULGAÇÃO DOS GASTOS EM MEIO OFICIAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI Nº 8.429, DE 1992.

PL 7258/2014 - INCLUI PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 7º DA LEI Nº 9.779, DE 19 DE JANEIRO DE 1999, ESTABELECEENDO ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA CONTRIBUINTES MAIORES DE SESSENTA E CINCO ANOS QUE RESIDAM NO EXTERIOR.

PL 7166/2014 - ACRESCENTA INCISO AO ART. 39 DA LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PARA INCLUIR DENTRE AS PRÁTICAS ABUSIVAS A RECUSA DE VENDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS A QUEM SE PROPONHA A PAGAR À VISTA, AINDA QUE INSCRITO NOS CADASTROS DE DEVEDORES.

PL 6795/2013 - ACRESCENTA OS ARTS. 4º-A E 4º-B AO CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTO DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 6382/2013 - ACRESCENTA O ART. 47-A AO CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001, QUE REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 6316/2013 - DISPÕE SOBRE O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS E O SISTEMA DAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS, ALTERANDO A LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (CÓDIGO ELEITORAL), A LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), E A LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 (LEI DAS ELEIÇÕES), E SOBRE A FORMA DE SUBSCRIÇÃO DE ELEITORES A PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DE INICIATIVA POPULAR, ALTERANDO A LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.

PL 6002/2013 - REGULAMENTA O INCISO I DO § 3º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO, DISPONDO SOBRE A APRESENTAÇÃO, O ENCAMINHAMENTO E O PROCESSAMENTO DE RECLAMAÇÕES ORIUNDAS DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO SOBRE A AVALIAÇÃO PERIÓDICA, INTERNA E EXTERNA, DA EFICIÊNCIA DOS REFERIDOS SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 5848/2013 - ACRESCENTA O § 5º AO ART. 47 E DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 48, DA LEI Nº 7.357, DE 02 DE SETEMBRO DE 1985, PARA ESTABELECE O DOMICÍLIO DO PORTADOR COMO FORO COMPETENTE PARA A EXECUÇÃO DO CHEQUE.

PL 5615/2013 - LIMITA O IMPEDIMENTO AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA POR VEREADORES ÀS CAUSAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO EM QUE EXERÇAM O MANDATO PARLAMENTAR.

PL 4233/2012 - DISPÕE SOBRE RESTRIÇÕES A EXPOSIÇÃO À VENDA, COMERCIALIZAÇÃO E ENTREGA AO CONSUMO DO ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO E ANIDRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 3885/2012 - ALTERA O ART. 54 DA LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ASSEGURANDO O CANCELAMENTO DE ADESÃO.

PL 3741/2012 - ALTERA A LEI Nº 9.250, DE 1995, PARA PERMITIR QUE SE DEDUZA DOS RENDIMENTOS SUJEITOS AO IMPOSTO DE RENDA O VALOR DE ALUGUÉIS PAGOS PELO CONTRIBUINTE NOS LIMITES QUE ESTABELECE.

PL 3632/2012 - DENOMINA O TRECHO DA RODOVIA BR-272 COMPREENDIDO ENTRE AS CIDADES DE CAMPO MORÃO E BARBOSA FERRAZ, NO ESTADO DO PARANÁ, DE "RODOVIA DOUTOR MILTON LUIZ PEREIRA".

PL 3345/2012 - ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984, A FIM DE ALTERAR REQUISITOS PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL, PROGRESSÃO DE REGIME, INDULTO E COMUTAÇÃO DE PENA.

PL 3228/2012 - PROÍBE A PRODUÇÃO, A UTILIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE BOMBAS DE DISPERSÃO, FRAGMENTAÇÃO, OU MUNIÇÕES CLUSTER, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

PL 3021/2011 - ACRESCENTA O INCISO III AO ART. 30 DA LEI Nº 11.196, DE 2005, QUE "INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO PARA A PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - REPES, O REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL PARA EMPRESAS EXPORTADORAS - RECAP E O PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL; DISPÕE SOBRE INCENTIVOS FISCAIS PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA." **DADOS**

COMPLEMENTARES: ESTABELECE QUE O PRAZO LIMITE PARA VENDA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS COM ALÍQUOTA ZERO NÃO SE APLICA NO CASO DE VENDA EFETUADA PARA PESSOAS IDOSAS.

PL 2892/2011 - DISPÕE SOBRE APRIMORAMENTO DAS REGRAS QUE REGEM AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS.

PL 2859/2011 - ACRESCENTA O ART. 294-A AO DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** ESTABELECE O AFASTAMENTO IMEDIATO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO EM CASO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, PREVENTIVA OU TEMPORÁRIA.

PL 2227/2011 - ALTERA A LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, DISPONDO SOBRE O BLOQUEIO DE CRÉDITOS DE TELEFONIA MÓVEL INSERIDOS EM CONSEQUÊNCIA DE AÇÕES DE EXTORSÃO OU ESTELIONATO.

PL 2060/2011 - ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º DO ART. 109 DA LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965, (CÓDIGO ELEITORAL), PARA PERMITIR A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS PARTIDOS E COLIGAÇÕES NO RATEIO DAS SOBRAS ELEITORAIS.

PL 2059/2011 - ALTERA A LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997, DE MODO A ESTABELECE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA.

PL 2058/2011 - ALTERA A LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997, PARA DISPOR SOBRE PRAZO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E DOMICÍLIO ELEITORAL.

PL 1815/2011 - DENOMINA O TRECHO DA RODOVIA BR-158 ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E RONCADOR, NO ESTADO DO PARANÁ, DE "ESTRADA PREFEITO HORÁCIO AMARAL".

PL 1614/2011 - ALTERA AS LEIS Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999, E Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006, PARA ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO PROTOCOLO INTEGRADO JUDICIÁRIO NACIONAL.

PL 1487/2011 - DENOMINA O TRECHO DA RODOVIA BR-272 ENTRE AS CIDADES DE CAMPO MORÃO E GOIOERÊ, NO ESTADO DO PARANÁ, DE "RODOVIA ALFEU TEODORO DE OLIVEIRA".

PL 1366/2011 - ALTERA A LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA GARANTIR AO CONSUMIDOR A UTILIZAÇÃO DOS CRÉDITOS ACUMULADOS OFERTADOS PELAS OPERADORAS NOS PLANOS DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

PL 1222/2011 - ALTERA O CAPUT DO ART. 13, DA LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA ESTABELECEER NOVA TAXA DE JUROS DE REMUNERAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** JUROS DE SEIS (6%) POR CENTO AO ANO OU CINCO DÉCIMOS MENSAIS (0,5%).

PL 929/2011 - ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE "INSTITUI CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO INCIDENTE SOBRE A IMPORTAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E SEUS DERIVADOS, E ÁLCOOL ETÍLICO COMBUSTÍVEL (CIDE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA CIDE-COMBUSTÍVEL NOS PROGRAMAS À QUE SE DESTINA, EM ESPECIAL O INVESTIMENTO EM MANUTENÇÃO, CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA MALHA VIÁRIA.

PL 824/2011 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º DO LEI Nº 10.259, DE 2001, PARA AUMENTAR DE SESENTA PARA DUZENTOS SALÁRIOS MÍNIMOS A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL FEDERAL.

PL 823/2011 - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS AOS IDOSOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI Nº 10.741, DE 2003.

PL 816/2011 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE NOVAS PROFISSÕES

PL 815/2011 - ALTERA O ART. 284 DA LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, ESTABELECENDO CONDIÇÕES PARA PARCELAMENTO DE MULTAS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO.

PL 814/2011 - ALTERA O ART. 33 DA LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, A FIM DE ESTABELECEER PENAS DIFERENCIADAS PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES, DE ACORDO COM O GRAU DE RISCO DA SUBSTÂNCIA. **DADOS COMPLEMENTARES:** GRAU 1- RECLUSÃO DE 3 A 10 ANOS; GRAU 2 - RECLUSÃO DE 5 A 15 ANOS; GRAU 3 - RECLUSÃO DE 10 A 30 ANOS.

PL 603/2011 - ACRESCENTA O ART. 455-A À CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, PARA DISPOR SOBRE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NOS CONTRATOS DE TRABALHO EM CARVOARIAS.

PL 506/2011 - ALTERA A LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, A FIM DE QUE OS CURSOS INDICADOS NÃO SOFRAM INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. **DADOS COMPLEMENTARES:** CRUSO SUPERIOR E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

PL 481/2011 - ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 44 DA LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995, DETERMINANDO A PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DAS DESPESAS REALIZADAS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO.

PL 480/2011 - ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999, QUE "INSTITUI O SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA - ABIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", PARA CRIAR A CONTROLADORIA DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA.

PL 479/2011 - ALTERA A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUI A HEPATOPATIA GRAVE, DOENÇA DE HUNTINGTON, ESCLEROSE LATERAL AMINONIOTRÓFICA, NO ROL DE DOENÇAS QUE INDEPENDEM DE CARÊNCIA PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

PL 415/2011 - ALTERA A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - FUST PARA GARANTIR O ACESSO GRATUITO À BANDA LARGA PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

PL 338/2011 - ALTERA A REDAÇÃO DADA AO ART. 3º-A DA LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972, ALTERADA PELA LEI Nº 10.208 DE 23 DE MARÇO DE 2001, TORNANDO OBRIGATÓRIA A INCLUSÃO DO EMPREGADO DOMÉSTICO NO FGTS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** OBRIGA A INCLUSÃO DO EMPREGADO DOMÉSTICO NO REGIME DO FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.

PL 337/2011 - ALTERA A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA INCLUIR O EMPREGADO DOMÉSTICO EM BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

PL 336/2011 - ALTERA A LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972, ALTERADA PELA LEI Nº 10.208 DE 23 DE MARÇO DE 2001, ACRESCENTANDO ARTIGO 2º-B, NA PARTE RELATIVA AO HORÁRIO DO TRABALHO DO EMPREGADO DOMÉSTICO.

PL 326/2011 - INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS PROFISSIONAIS POR TEMPO DETERMINADO PARA OS RECÉM-GRADUADOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MANTIDAS PELA UNIÃO. ALTERA O ART. 44 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **DADOS COMPLEMENTARES:** CRIA O SERVIÇO SOCIAL PROFISSIONAL A SER PRESTADO PELOS RECÉM FORMADOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO.

PL 325/2011 - ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001, PARA DISPOR QUE OS BENEFÍCIOS NO ÂMBITO DO FUNDO DE

FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES SÃO APLICÁVEIS A CURSOS SUPERIORES PRESENCIAIS OU À DISTÂNCIA.

PL 59/2011 - EFETUA ALTERAÇÕES NOS ARTS. 1º, 2º E 3º DA LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007, PARA FIXAR A TABELA PROGRESSIVA DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE OS RENDIMENTOS DE PESSOAS FÍSICAS PARA O ANO-CALENDÁRIO DE 2011 E SEGUINTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 7187/2002 - ALTERA A LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988 PARA CONCEDER BENEFÍCIO FISCAL ÀS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE SERVIÇO DE PEDÁGIO NAS RODOVIAS.

PL 7094/2002 - DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, - CLT, QUE TRATAM DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.

PL 7031/2002 - ALTERA A LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994, PARA DISPOR SOBRE A GRATUIDADE PARA IDOSOS NO TRANSPORTE INTERESTADUAL.

PL 6798/2002 - ALTERA A LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, ESTENDENDO A AGRICULTORES FAMILIARES DE TODO O PAÍS OS BENEFÍCIOS DO SEGURO-SAFRA.

PL 6767/2002 - REGULAMENTA PARÁGRAFO 3º DO ART. 164 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** AUTORIZANDO O DEPÓSITO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA, EM BANCOS COOPERATIVOS, COMERCIAIS OU MÚLTIPLOS, PELOS MUNICÍPIOS QUE NÃO CONTAREM COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS; REGULAMENTANDO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PL 6766/2002 - ALTERA O ART. 20, CAPUT E SEU § 3º, DA LEI Nº 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993, DISPONDO SOBRE O BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA E AO IDOSO. **DADOS COMPLEMENTARES:** REDUZ PARA 60 (SESENTA) ANOS A IDADE DO IDOSO QUE TERÁ DIREITO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E AUMENTANDO PRA 1/2 (MEIO) SALÁRIO MÍNIMO A RENDA MENSAL PER CAPITA DA FAMÍLIA DO IDOSO E DO DEFICIENTE FÍSICO PARA O MESMO FIM.

PL 6443/2002 - ACRESCENTA ART. À LEI Nº 8.842, DE 04 DE JANEIRO DE 1994, DISPONDO SOBRE A RESERVA DE POSTOS DE TRABALHO PARA IDOSOS.

PL 6401/2002 - ALTERA O ART. 6º DA LEI 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995, PREVENDO UM PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS CONTADOS DA DATA DE SUA AQUISIÇÃO PARA ALIENAÇÃO DO VEÍCULO.

PL 6400/2002 - ALTERA O § 1º DO ART. 261 DA LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO

BRASILEIRO. **DADOS COMPLEMENTARES:** AUMENTA PARA 40 (QUARENTA) A PONTUAÇÃO DOS TAXISTAS E MOTOTAXISTAS, PARA QUE HAJA SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR.

PL 6074/2002 - ALTERA A LEI Nº 9.437, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1997 QUE INSTITUI O SINARM, ESTABELECE CONDIÇÕES PARA REGISTRO E PARA O PORTE DE ARMA DE FOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 5956/2001 - ALTERA O ARTIGO N.º 66 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** AUMENTANDO DE 14 (QUATROZE) PARA 16 (DEZESSEIS) ANOS A IDADE DO FILHO OU EQUIPARADO DE QUALQUER CONDIÇÃO, PARA RECEBIMENTO DO SALÁRIO-FAMÍLIA, EXCLUINDO DO CÁLCULO DA COTA DO SALÁRIO-FAMÍLIA AS VANTAGENS PECUNIÁRIAS PAGAS PELO EMPREGADOR.

PL 5853/2001 - ALTERA A LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989, QUE DISPÕE SOBRE O CONTROLE, A INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, ESTABELECENDO A DENOMINAÇÃO GENÉRICA COMUM PARA OS PRODUTOS QUE DISCIPLINA.

PL 5614/2001 - MODIFICA O ART. 1º DA LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995, ALTERADO PELA LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996, ESTENDENDO A ISENÇÃO DO IPI AOS VEÍCULOS AUTOMOTORES E ÀS MOTOCICLETAS MOVIDOS A QUALQUER TIPO DE COMBUSTÍVEL.

PL 5509/2001 - MODIFICA O § 1º, DO ART. 1º, DA LEI Nº 8.859, DE 1994, QUE ALTEROU A LEI Nº 6.494, DE 1977, ESTENDENDO AOS ALUNOS DE CURSOS SUPLETIVO O DIREITO À PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO.

PL 5204/2001 - PERMITE A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO OU DE NATUREZA ESPECIAL E DAS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE CONTRATEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA AS LEIS Nº 8.666, DE 1993 E Nº 8.112, DE 1990.

PL 4930/2001 - CONCEDE ISENÇÃO DA CPMF NA DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI Nº 9.311, DE 1996.

PL 4852/2001 - INSTITUI COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PELA UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR FONTES RENOVÁVEIS E AUTO-SUSTENTÁVEIS, COMO ENERGIA SOLAR, EÓLICA E BIOMASSA, NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS MESMOS.

PL 4683/2001 - REDUZ ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS INCIDENTE SOBRE OS EQUIPAMENTOS QUE CONSUMEM MENOS ENERGIA. **DADOS COMPLEMENTARES:** CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL AOS FABRICANTES DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS QUE OBTENHAM SELO VERDE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.

PL 4356/2001 - ALTERA A LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997, PARA EXCLUIR O SETOR ELÉTRICO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO.

PL 4096/2001 - CONCEDE ISENÇÃO DO IPI A MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E CAMINHÕES, QUANDO ADQUIRIDOS POR PREFEITURAS MUNICIPAIS.

PL 4081/2001 - ALTERA A LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997, PARA OBRIGAR A INCLUSÃO DE LEGENDAS PARA DEFICIENTES AUDITIVOS NOS PROGRAMAS ELEITORAIS GRATUITOS.

PL 4042/2001 - EXTINGUE A PRISÃO ESPECIAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941.

PL 4041/2001 - ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, FACULTANDO A CONDUÇÃO DE CICLOMOTORES E MOTONETAS COM ATÉ 50 CM³ DE CILINDRADA AOS CONDUTORES HABILITADOS EM OUTRAS CATEGORIAS QUE NÃO A CATEGORIA A.

PL 3538/2000 - ACRESCENTA INCISO AO ART. 20 DA LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, PARA PERMITIR A MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, PARA AQUISIÇÃO DE TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE MORADIA PRÓPRIA.

PL 3504/2000 - DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DOS HOSPITAIS DE GRANDE PORTE CONTAREM COM CIRURGIÕES-DENTISTAS EM SEUS CORPOS CLÍNICOS.

PL 3503/2000 - ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO. **DADOS COMPLEMENTARES:** GARANTE A CONVERSÃO DOS PERÍODOS NÃO GOZADOS DE LICENÇA-PRÊMIO EM VALORES PECUNIÁRIOS, CORRESPONDENTES A UM MÊS DE VENCIMENTO E DEMAIS VANTAGENS, SENDO FAVORECIDOS OS HERDEIROS.

PL 3434/2000 - ALTERA A LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL PARA PROIBIR O PORTE DE ARMA DE FOGO A BORDO DE AERONAVE CIVIL. **DADOS COMPLEMENTARES:** PROIBE OS MAGISTRADOS DE PORTAREM ARMA DE FOGO A BORDO DE AERONAVE CIVIL, DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, EM VOO COMERCIAL REGULAR, OU SOB REGIME DE FRETAMENTO PARA TURISMO.

PL 3433/2000 - ALTERA A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROIBIR O PORTE DE ARMA DE FOGO A BORDO DE AERONAVE CIVIL. **DADOS COMPLEMENTARES:** PROIBE OS MEMBROS DO

MINISTERIO PÚBLICO DA UNIÃO PORTAREM ARMA DE FOGO A BORDO DE AERONAVE CIVIL, TRANSPORTANDO PASSAGEIRO EM VÔO COMERCIAL REGULAR OU SOB REGIME DE FRETAMENTO PARA TURISMO.

PL 3420/2000 - ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, PARA PERMITIR QUE AS COISAS APREENHIDAS DEFINITIVAMENTE PELO PODER PÚBLICO SEJAM DOADAS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS.

PL 3315/2000 - ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, SOBRE A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DE DEMONSTRAÇÃO. **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUI NA CLASSIFICAÇÃO DE VEÍCULOS, A CATEGORIA DE VEÍCULO DE DEMONSTRAÇÃO (TESTE-DRIVE OU TEST-DRIVE); ESTABELECE NORMAS PARA SUA CIRCULAÇÃO, TAIS COMO: CADASTRO NA BASE DE ÍNDICE NACIONAL (BIN), CÓPIAS AUTENTICADAS DA FATURA E APÓLICE DE SEGURO, RESTRIÇÃO NOS DIAS E HORÁRIOS DE ATENDIMENTO E POR HORA DE DEMONSTRAÇÃO.

PL 2816/2000 - ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 126 DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, PARA DETERMINAR PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS JUNTO AO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** FIXA O PRAZO EM 90 DIAS A PARTIR DA DATA DE INTERPOSIÇÃO.

PL 2554/2000 - DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE IMPOSTO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

PL 2553/2000 - ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 845 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA O DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1943, PROIBE A DEMISSÃO, NO PRAZO DE 120 DIAS APÓS SEU DEPOIMENTO, DE TESTEMUNHA EMPREGADA DA RECLAMADA.

PL 2247/1999 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO EM MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA, NAS CONDIÇÕES QUE ESTIPULA.

PL 1882/1999 - ALTERA ARTIGOS DA LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 - LEI DE EXECUÇÃO PENAL - PARA PERMITIR A REMIÇÃO TAMBÉM PELO ESTUDO.

PL 1817/1999 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 12 DA LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967. **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUI ENTRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO, OS CARTAZES, PANFLETOS E OUTDOORS.

PL 1778/1999 - LTERA O ART. 37 DA LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE O REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS

MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". EXIGE QUE NOS PEDIDOS DE ARQUIVAMENTO DE EMPRESA MERCANTIL SEJA APRESENTADA PROVA DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, DEVIDAMENTE INSCRITA OU CREDENCIADA, JUNTO AO ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL.

PL 1777/1999 - DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 43 E 44 DA LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, QUE "DISPÕE SOBRE OS REGISTROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** SUPRIME A ESCRITURAÇÃO E REGISTRO DOS EDITAIS DE PROCLAMAS DO LIVRO D, RELATIVOS A CASAMENTOS PROCESSADOS E REALIZADOS NA PRÓPRIA SERVENTIA.

PL 1719/1999 - DEFINE O CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1605/1999 - PROJETO DE LEI QUE ALTERA O INCISO I DO ART. 140 DA LEI Nº 9503, DE 1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

PL 1545/1999 - PERMITE, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COMPLEMENTAR COM REDUÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS.

PL 1487/1999 - PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE SALÁRIO-FAMÍLIA AOS TRABALHADORES COM FILHOS INVÁLIDOS.

PL 1444/1999 - DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO DE URGÊNCIA EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SHOPPING CENTERS.

PL 1389/1999 - PERMITE O PARCELAMENTO DAS FÉRIAS DO TRABALHADOR EM ATÉ TRÊS PERÍODOS DE DEZ DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1375/1999 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO ASSINANTE PARA A COBRANÇA DE SERVIÇOS PRESTADOS POR TELEFONE.

PL 1374/1999 - TORNA OBRIGATÓRIA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRATUITOS COMO PROFESSOR DE ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL E MÉDIO POR PARTE DE ESTUDANTES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS.

PL 1351/1999 - DISPÕE SOBRE O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.

PL 1248/1999 - VEDA A DEDUÇÃO, PARA EFEITO DE APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS, DE PAGAMENTOS EFETUADOS A PLANOS DE SAÚDE OU DE SEGURO-SAÚDE, BEM COMO DE CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. **DADOS COMPLEMENTARES:** REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.250 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

PL 1214/1999 - ACRESCENTA NOVO INCISO AO ARTIGO 473 DO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. **DADOS COMPLEMENTARES:** PERMITE AO TRABALHADOR AFASTAR-SE DO SERVIÇO POR CINCO DIAS, PRORROGÁVEIS POR MAIS CINCO DIAS, PARA ACOMPANHAR O FILHO ENFERMO, MENOR DE SETE ANOS, DESDE QUE APRESENTE ATESTADO MÉDICO.

PL 1213/1999 - DISPÕE SOBRE PÁRA-CHOQUES TRASEIROS DE VEÍCULOS DE CARGA E DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

PL 1186/1999 - DISPÕE SOBRE A PRECEDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E DE SEUS SERVIDORES FISCAIS SOBRE OS DEMAIS SETORES ADMINISTRATIVOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

PL 1184/1999 - ALTERA O ARTIGO 53 DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, QUE "DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** ESTABELECE QUE TODAS AS ALTERAÇÕES DE USO DO SOLO RURAL PARA FINS URBANOS, DEPENDERÁ DE APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL OU DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL E NÃO DA PREFEITURA DOS MUNICÍPIOS.

PL 1138/1999 - INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO A GERAÇÃO DE EMPREGO NO TERCEIRO SETOR, O FUNDO NACIONAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1118/1999 - INSTITUI, NAS CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO, O CONTRATO DE PRIMEIRO EMPREGO.

PL 1066/1999 - DISPÕE SOBRE OS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAIS COM MENOS DE MIL SEGURADOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** O MUNICÍPIO QUE NÃO OPTAR PELA PREVIDÊNCIA DO ESTADO OU POR CRIAR UM FUNDO DE SOLVÊNCIA ESTÁ OBRIGATORIAMENTE VINCULADO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

PL 634/1999 - PROJETO DE LEI QUE PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM BOTIJÕES COM MAIS DE DEZ ANOS DE FABRICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 562/1999 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA". **DADOS COMPLEMENTARES:** GARANTE A PENHORABILIDADE DOS BENS DE FAMÍLIA QUANDO SE TRATAR DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA.

PL 561/1999 - ALTERA O ARTIGO 1.219 DA LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL". **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPÕE QUE O DEPÓSITO DO

DINHEIRO EM CONTA ESPECIAL, EM NOME DO INTERESSADO, SERÁ ATRAVÉS DE REQUERIMENTO, OU OFÍCIO, QUANDO A PARTE INTERESSADA FOR A UNIÃO FEDERAL, ESTADOS OU MUNICÍPIOS.

PL 438/1999 - ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL E DA LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE CRIMES HEDIONDOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUI COMO CRIME HEDIONDO A MEDIAÇÃO PARA SERVIR A LASCÍVIA DE OUTREM, O FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO, O RUFIANISMO E O TRÁFICO DE PESSOAS; ALTERANDO O TERMO "TRAFICO DE MULHERES" PARA "TRÁFICO DE PESSOAS", COM O OBJETIVO DE INCLUIR OS CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇAS (MENINOS E MENINAS).

PL 427/1999 - REVOGA OS ARTIGOS 607 E 608 DO DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941 - ALTERAÇÃO, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** REVOGA O INSTITUTO DO PROTESTO POR NOVO JURI.

PL 281/1999 - DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA A APOSENTADOS, NA CONDIÇÃO QUE ESPECIFICA. **DADOS COMPLEMENTARES:** LIMITE PARA A ISENÇÃO DE QUINHENTOS REAIS POR MÊS.

PL 253/1999 - DISPÕE SOBRE OUVIDORIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 230/1999 - PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO DAS DISCIPLINAS DE MEDICINA LEGAL NOS CURSOS SUPERIORES DE DIREITO.

PL 1197/1999 - ACRESCENTA PARÁGRAFOS AOS ARTS. 44, 47 E 90 E ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VII DO ART. 73 DA LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997. **DADOS COMPLEMENTARES:** RESTRINGE A PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TELEVISÃO AO HORÁRIO GRATUITO, PROÍBE VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PAGA E ESTABELECE PENALIDADES.

PL 1185/1999 - ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA OUTORGA DE CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS.

PL 1041/1999 - ALTERA A LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, PARA ESTABELEÇER REQUISITOS PARA A PERCEPÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E INSTITUIR O PROGRAMA DE EMPREGOS COMUNITÁRIOS - PEC, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 923/1999 - PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS.

PL 922/1999 - DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR.

PL 900/1999 - DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE "RODOVIA ALFEU TEODORO DE OLIVEIRA" AO TRECHO DA BR-272 SITUADO ENTRE AS CIDADES DE CAMPO MOURÃO E GOIOERÊ, NO ESTADO DO PARANÁ.

PL 766/1999 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 225 DA LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 (CÓDIGO ELEITORAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** DÁ DIREITOS AO ELEITOR QUE SE ENCONTRA NO EXTERIOR DE VOTAR NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE, GOVERNADOR E PREFEITO.

PL 765/1999 - ACRESCENTA PARÁGRAFOS AO ART. 604 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPÕE QUE AS EXECUÇÕES MOVIDAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA CONTINUEM A SER PROCESSADAS POR SIMPLES CÁLCULO DO CONTADOR JUDICIAL.

PL 478/1999 - DISPÕE SOBRE A INDENIZAÇÃO DOS DANOS DECORRENTES DO ERRO JUDICIÁRIO E DA PRISÃO INDEVIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 440/1999 - ALTERA O ART. 56 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE "ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL". **DADOS COMPLEMENTARES:** ESTABELECE O PRINCÍPIO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR.

PL 439/1999 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º E AO § 2º DO ART. 39 DA LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994, QUE "REGULAMENTA O ART. 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO". **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPÕE QUE OS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO SÃO EXERCIDOS EM CARÁTER PRIVADO, POR DELEGAÇÃO DO EXECUTIVO; NA HIPÓTESE DE VACÂNCIA HAVERÁ DESIGNAÇÃO DO SUBSTITUTO, ESCOLHIDO DENTRE OS ESCRIVENTES ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO E A DELEGAÇÃO RESPECTIVAMENTE.

PL 426/1999 - PERMITE A DEDUÇÃO DE DESPESAS COM ALUGUEL NO CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA.

PL 384/1999 - DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, RELATIVO A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NÃO RECOLHIDAS PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, COM SALDOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.

PL 322/1999 - DISPÕE SOBRE O PROCESSAMENTO DE PEQUENAS CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.

PL 321/1999 - ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 5º E 74 DA LEI DO SERVIÇO MILITAR, ESTABELECENDO A IDADE DE TRINTA ANOS COMO LIMITE MÁXIMO PARA A COMPROVAÇÃO DE SITUAÇÃO PERANTE O SERVIÇO MILITAR, EM TEMPO DE PAZ.

PL 280/1999 - ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 9.129, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995, QUE "AUTORIZA O PARCELAMENTO DO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS PELOS EMPREGADORES EM GERAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUI DENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PARCELAMENTO DO DÉBITO PREVIDENCIÁRIO, OS EMPREGADORES QUE DESCONTARAM DOS SEGURADOS EMPREGADOS E DOS TRABALHADORES AVULSOS E NÃO RECOLHERAM AO INSS, EM ATÉ 12 MESES.

PL 254/1999 - ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 8.913, DE 12 DE JULHO DE 1994, QUE DISPÕE SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR. **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUI O ENSINO SUPLETIVO NO REPASSE DE VERBAS DESTINADAS AO FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR.

PL 252/1999 - DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS MEDIANTE COBRANÇA DE INGRESSOS NOS PARQUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 232/1999 - DISPÕE SOBRE A ROTULAGEM DE PRODUTOS VENDIDOS COMO COMPLEMENTOS ALIMENTARES E COMO FONTE NATURAL DE ELEMENTOS QUÍMICOS.

PL 231/1999 - PROJETO DE LEI QUE ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ART. 4º DA LEI Nº 9394, DE 1996, QUE ESTABELECE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.

PL 162/1999 - PROJETO DE LEI QUE CONCEDE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE AOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS.

PL 161/1999 - ALTERA O ART. 482 DO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT. **DADOS COMPLEMENTARES:** DESCARACTERIZA O ALCOOLISMO COMO JUSTA CAUSA PARA DESPEDIDA DO EMPREGADO.

PL 120/1999 - CRIA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 99/1999 - : CRIA A ZONA DE LIVRE COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 3309/1992 - DISPÕE SOBRE O SIGILO BANCÁRIO. **DADOS COMPLEMENTARES:** AUTORIZANDO A QUEBRA DE SIGILO DAS CONTAS DAS PESSOAS DETENTORAS DE MANDATO ELETIVO, DE OCUPANTES DE CARGOS DA MAGISTRATURA OU DO MINISTERIO PUBLICO, BEM COMO DE PRESIDENTES DE PARTIDOS POLITICOS).

PL 2916/1992 - REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TERAPEUTA NATURISTA E DETERMINA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 2911/1992 - ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967, QUE "DISPÕE SOBRE TÍTULOS DE CRÉDITO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". DISPÕE SOBRE VENCIMENTO DA CÉDULA DE CRÉDITO RURAL QUANDO DA INADIMPLÊNCIA DE QUALQUER OBRIGAÇÃO DO EMITENTE DO TÍTULO.

PL 2884/1992 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 8213, DE 24 DE JULHO DE 1991, PARA ATRIBUIR A ECT COMPETENCIA PARA PAGAR BENEFÍCIOS AOS SEGURADOS DA PREVIDENCIA SOCIAL.

PL 2807/1992 - DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO QUARTO DA LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989, ESTENDENDO O PAGAMENTO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (ROYALTIES) AOS MUNICIPIOS QUE POSSUAM HIDRELETRICAS, SEM LIMITAÇÃO QUANTO AO MONTANTE DA CAPACIDADE NOMINAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DA USINA. **DADOS COMPLEMENTARES:** SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE ISENTA DO PAGAMENTO DE ROYALTIES A ENERGIA ELETRICA PRODUZIDA PELAS INSTALAÇÕES GERADORAS COM CAPACIDADE NOMINAL IGUAL OU INFERIOR A 10.000 KW.

PL 2672/1992 - ALTERA O ARTIGO 53 DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 2659/1992 - ESTABELECE INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL POR MICROEMPRESAS.

PL 2494/1992 - ALTERA O ARTIGO 250 DA LEI 4737, DE 15 DE JULHO DE 1965 - CODIGO ELEITORAL - DISPONDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO NA PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA NAS EMISSORAS DE RADIO E TELEVISÃO, NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS. **DADOS COMPLEMENTARES:** FICANDO 50 POR CENTO DO TEMPO DESTINADO AOS CANDIDATOS DOS MUNICIPIOS SEDE DAS EMISSORAS DE RADIO E TELEVISÃO, E 50 POR CENTO PARA OS CANDIDATOS DOS DEMAIS MUNICIPIOS ONDE CHEGAR O SINAL DE TRANSMISSÃO, DESDE QUE POSSUAM MAIS DE 50 000 HABITANTES).

PL 2344/1991 - ESTABELECE CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIARIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 2137/1991 - CRIA O FUNDO DE APOIO À AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PL 2050/1991 - ESTENDE A CONDIÇÃO DE DEPENDENTE DO SEGURADO DA PREVIDENCIA SOCIAL AOS FILHOS UNIVERSITARIOS DE ATE 25 ANOS DE IDADE, PARA FINS DE ASSISTENCIA MEDICA.

PL 1878/1991 - ALTERA O INCISO III DO ARTIGO 10 DA LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO

TEMPO DE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" **DADOS COMPLEMENTARES:** EXIGE QUE A APLICAÇÃO DE PELO MENOS CINQUENTA POR CENTO DOS RECURSOS ARRECADADOS PELO FGTS SEJAM APLICADOS NOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM E EM PROJETOS JULGADOS PRIORITÁRIOS PELAS RESPECTIVAS PREFEITURAS.

PL 1796/1991 - DISPÕE SOBRE A PROCEDENCIA DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA E DE SEUS SERVIDORES FISCAIS SOBRE OS DEMAIS SETORES ADMINISTRATIVOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** REGULAMENTANDO O DISPOSTO NO INCISO XVIII DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1788/1991 - DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO DESTINADOS A PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 1649/1991 - DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE REAJUSTE DE PREÇOS DE COMBUSTIVEIS DERIVADOS DE PETROLEO E DE ALCOOL CARBURANTE.

PL 1629/1991 - EDA O REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO, A QUALQUER TITULO, PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC.

PL 1532/1991 - REGULAMENTA O DISPOSTO NO ARTIGO 208, PARAGRAFO SEGUNDO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPONDO SOBRE O PROVIMENTO DE VAGAS NA REDE PUBLICA DE ENSINO). PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1486/1991 - ALTERA O ARTIGO 899 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, QUE DISPÕE SOBRE O DEPOSITO RECURSAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 1424/1991 - DETERMINA O PAGAMENTO DO SALARIO-FAMILIA AOS SEGURADOS DA PREVIDENCIA SOCIAL POR FILHO OU EQUIPARADO ATE 18 ANOS DE IDADE E PELO CONJUGE OU COMPANHEIRO QUE NÃO EXERÇAM ATIVIDADE REMUNERADA E INTRODUZ ALTERAÇÃO NA LEI Nº 1.787, DE 30 DE JUNHO DE 1989, QUE ALTERA A LEGISLAÇÃO DE CUSTEIO DA PREVIDENCIA SOCIAL.

PL 1417/1991 - REGULAMENTA O ARTIGO 219 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECEndo INCENTIVOS DE MODO A VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIO-ECONOMICO, O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO E A AUTONOMIA TECNOLOGICA DO PAIS. **DADOS COMPLEMENTARES:** REGULAMENTANDO DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1416/1991 - DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE GUARDAS MUNICIPAIS. **DADOS COMPLEMENTARES:** REGULAMENTANDO O DISPOSTO NO PARAGRAFO OITAVO DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

PL 1415/1991 - ESTABELECE OS CRITERIOS PARA OUTORGA DE CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS.

PL 1361/1991 - DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E INTERMUNICIPAL PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 1346/1991 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROTEÇÃO E BENEFICIOS ESPECIAIS A EMPRESA BRASILEIRA QUE DESENVOLVA ATIVIDADES ESTRATEGICAS PARA A DEFESA NACIONAL OU IMPRESCINDIVEIS AO DESENVOLVIMENTO DO PAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 171, PARAGRAFO PRIMEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** REGULAMENTANDO DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1278/1991 - SUPRIME DISPOSITIVO DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI Nº 6.367, DE 01 DE OUTUBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE O SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO A CARGO DO INSS. **DADOS COMPLEMENTARES:** PARA INCLUIR ENTRE OS SEGURADOS OS TITULARES DE FIRMAS INDIVIDUAIS, DIRETORES E SOCIOS, TRABALHADORES AUTONOMOS E EMPREGADOS DOMESTICOS. - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1194/1991 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI, NA AQUISIÇÃO DE AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

PL 1119/1991 - ALTERA O ARTIGO 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, FIXANDO O PRAZO PARA LICENÇA-PATERNIDADE PREVISTA NO INCISO XIX DO ARTIGO SETIMO DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERANDO A CLT, FIXANDO O PRAZO PARA LICENÇA PATERNIDADE PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E GARANTINDO O AUMENTO DA LICENÇA DE 05 PARA 30 DIAS NA HIPOTESE DE OBITO DA MÃE E SOBREVIVÊNCIA DA CRIANÇA).

PL 1090/1991 - CONCEDE AOS FEIRANTES ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS NA AQUISIÇÃO DOS VEICULOS QUE ESPECIFICA.

PL 1056/1991 - ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 57, DA LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, OBRIGANDO A INCLUSÃO, NO ROTULO DE MEDICAMENTOS, DO NUMERO DE REGISTRO DO PRODUTO E DO LABORATORIO FABRICANTE.

PL 976/1991 - DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS AS ENTIDADES CUJOS PROPRIETARIOS ESTEJAM NO GOZO DE IMUNIDADE PARLAMENTAR OU DE FORO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 783/1991 - DISPÕE SOBRE A PENSÃO AO CONJUGE SEPARADO CONSENSUALMENTE. **DADOS COMPLEMENTARES:** EM CASO DE OBITO DO CONJUGE, DESDE QUE COMPROVADA A NECESSIDADE DO BENEFICIO). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 680/1991 - ACRESCENTA PARAGRAFO AO ARTIGO NONO DA LEI Nº 7.232, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE A POLITICA NACIONAL DE INFORMATICA. **DADOS COMPLEMENTARES:** OBRIGANDO AS EMPRESAS NACIONAIS, BENEFICIARIAS DA RESERVA DE MERCADO, A INVESTIREM TRES POR CENTO DO FATURAMENTO EM PROJETOS DE PESQUISA EM ATIVIDADES DE INFORMATICA.

PL 669/1991 - DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 510 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. **DADOS COMPLEMENTARES:** IMPONDO A EMPRESA MULTA DE VALOR IGUAL A 30 VEZES OS VALORES REGIONAIS DO MVR FIXADOS EM CRUZEIROS, ELEVADA EM DOBRO, NO CASO DE REINCIDENCIA, ALEM DA ATUALIZAÇÃO MENSAL, CONSIDERANDO-SE A VARIAÇÃO DA TAXA REFERENCIAL DIARIA). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 622/1991 - PROIBE A VENDA DE BEBIDAS ALCOOLICAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS LOCALIZADOS AS MARGENS DAS RODOVIAS FEDERAIS.

PL 524/1991 - AUTORIZA A CONVERSÃO DOS CRUZADOS NOVOS RETIDOS NO BANCO CENTRAL PARA O PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS. **DADOS COMPLEMENTARES:** AUTORIZANDO A CONVERSÃO DOS CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS NO BANCO CENTRAL, EM VIRTUDE DO PLANO COLLOR DE ESTABILIZAÇÃO ECONOMICA.

PL 508/1991 - AUTORIZA O PRESIDENTE DA REPUBLICA A DISPOR DOS BENS ARRECADADOS POR HERANÇA JACENTE.

PL 496/1991 - ALTERA A LEI 5277, DE 24 DE ABRIL DE 1967, QUE AUTORIZA A INCLUSÃO NO ORÇAMENTO FEDERAL DE VERBA DESTINADA A ATENDER DESPESAS DECORRENTES DE PASSAGENS AEREAS CONCEDIDAS AOS CONGRESSISTAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** TRANSFERINDO DAS MESAS DIRETORAS DA CAMARA E SENADO PARA O PLENARIO, A APRECIÇÃO DA DESTINAÇÃO DA VERBA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 439/1991 - DISPÕE SOBRE O ACESSO GRATUITO DOS PARTIDOS POLÍTICOS AO RÁDIO E À TELEVISÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **DADOS COMPLEMENTARES:** REGULAMENTANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 17, PARAGRAFO TERCEIRO DA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

PLP 10/2015 - CRIA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE GRANDES FORTUNAS (CSGF), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLP 248/2013 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990, QUE ESTABELECE, DE ACORDO COM O § 9º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CASOS DE INELEGIBILIDADE, PRAZOS DE CESSAÇÃO E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA INCLUIR COMO HIPÓTESE DE INELEGIBILIDADE A OMISSÃO DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS EM PRESTAR CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS.

PLP 242/2013 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), PARA ESTABELEÇER CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO ÀS ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO E DE UTILIDADE PÚBLICA.

PLP 34/2011 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003, DE MODO A DEFINIR O LOCAL DE COBRANÇA DO ISSQN INCIDENTE SOBRE SERVIÇOS RELATIVOS A CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO.

PLP 30/2011 - ALTERA O ART. 15 DA LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964, QUE "DISPÕE SOBRE A POLÍTICA E AS INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS, BANCÁRIAS E CREDITÍCIAS, CRIA O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". **DADOS COMPLEMENTARES:** EXIGE QUE AS DECISÕES COLEGIADAS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL ADOTEM O VOTO ABERTO E DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO.

PLP 260/2001 - MODIFICA OS INCISOS III, IV, V, VI E VII DO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 5 DE ABRIL DE 1970, AMPLIANDO OS CASOS DE INELEGIBILIDADE. **DADOS COMPLEMENTARES:** INCLUINDO COMO INELEGÍVEIS OS PARENTES DOS MEMBROS DE CONSELHOS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS, DO TCU, DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA COMUM E DA JUSTIÇA ELEITORAL.

PLP 233/2001 - PERMITE A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO DOS AGENTES POLÍTICOS, DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO OU DE NATUREZA ESPECIAL, DOS DIRIGENTES DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS, BEM COMO DAS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE CONTRATEM COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 2001.

PLP 95/1999 - ACRESCENTA A SITUAÇÃO DE DESEMPREGO PARA RETIRADA, PELO TITULAR, DE SALDO DA CONTA INDIVIDUAL DO PIS - PASEP.

PRC 262/2017 - ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 10 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA PREVER QUE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DAS COMISSÕES, PELOS LÍDERES, ESTARÁ CONDICIONADA À PRÉVIA ANUÊNCIA DO PARLAMENTAR A SER SUBSTITUÍDO.

PRC 251/2017 - ACRESCENTA § 4º AO ART. 100 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA DETERMINAR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES ACERCA DE PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NO PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS JUNTO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES.

PRC 150/2016 - ALTERA O ART. 14 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA INCLUIR DECISÃO JUDICIAL COMO CAUSA DE VACÂNCIA NA MESA DIRETORA.

PRC 27/2015 - MODIFICA O INCISO XI DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA RETIRAR A OBRIGATORIEDADE DO USO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA OS DEPUTADOS.

PRC 231/2013 - ALTERA O ART. 91 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989, PARA DAR NOVA REDAÇÃO AO §1º, PARA EXPLICITAR A FINALIDADE DA COMISSÃO GERAL PREVISTA NA HIPÓTESE DO INCISO I; LIMITAR O NÚMERO DE CONVIDADOS INDICADOS PELOS PARTIDOS; FIXAR PRAZO PARA DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONVIDADOS INDICADOS; E ACRESCENTA O §1º-A PARA MODIFICAR A ORDEM DOS ORADORES.

PRC 209/2013 - MODIFICA O ART. 116 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PARA RETIRAR DISPOSITIVO QUE FACULTA À MESA O ENCAMINHAMENTO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO, E ACRESCENTAR PARÁGRAFO QUE ESTABELECE PRAZO PARA A MESA ENCAMINHAR O REQUERIMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE.

PRC 191/2013 - POSSIBILITA A INCLUSÃO DO REGISTRO DE NOME DE DEPUTADO AUTOR DE PROPOSIÇÃO REAPRESENTADA POR OUTRO PARLAMENTAR EM INÍCIO DE LEGISLATURA.

PRC 159/2012 - ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 17, DE 21 DE SETEMBRO DE 1989, PARA VEDAR A CÔNJUGAÇÃO DE LICENÇA PARTICULAR COM OUTRA MODALIDADE DE LICENÇA QUANDO A SOMA DOS PERÍODOS FOR SUPERIOR A 120 DIAS POR SESSÃO LEGISLATIVA.

PRC 94/2011 - ALTERA O ART. 35 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, A FIM DE ESTABELECEER A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.

PRC 12/2011 - ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DISPONDO SOBRE O RITO DE TRAMITAÇÃO DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS.

PL 1321/1991 - ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 461 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, PARA DISPOR SOBRE O QUADRO DE CARREIRA. **DADOS COMPLEMENTARES:** EXIGINDO A HOMOLOGAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA EMPRESA PELO MINISTERIO DO TRABALHO PARA FINS DE APLICAR A ISONOMIA SALARIAL PARA FUNÇÕES IDENTICAS). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1237/1991 - DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 791 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, PARA ADAPTA-LO AO TEXTO CONSTITUCIONAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** EXIGINDO A ASSISTENCIA JUDICIARIA DO ADVOGADO SEJA PARTICULAR OU SINDICAL, NO PROCESSO TRABALHISTA GARANTINDO A REPRESENTAÇÃO POR DEFENSOR PUBLICO QUANDO SE TRATAR DE PARTE CARENTE). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1221/1991 - DISCIPLINA O PROCESSAMENTO DE REAJUSTES DURANTE O PERIODO DE CONTROLE DE PREÇOS.

PL 1067/1991 - DISPÕE SOBRE A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL E OS MEIOS DE FINANCIAR O SEU DESENVOLVIMENTO. **DADOS COMPLEMENTARES:** DEFININDO A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL, FIXANDO PERCENTAGEM DOS RECURSOS DO CREDITO RURAL PARA FINANCIAMENTO RURAL, REGULAMENTANDO O DISPOSTO NO INCISO XXVI DO ARTIGO QUINTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 1030/1991 - CONCEDE ISENÇÃO DO IPI A MAQUINAS RODOVIARIAS E CAMINHÕES, QUANDO ADQUIRIDOS POR PREFEITURAS MUNICIPAIS.

PL 947/1991 - ISENTA AS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO INSS. **DADOS COMPLEMENTARES:** AUTORIZANDO AS PREFEITURAS MUNICIPAIS A DESCONTAR DE SEUS DEBITOS PARA COM O INSS TODO O MONTANTE COMPROVADAMENTE GASTO EM ASSISTENCIA MEDICA E HOSPITALAR, EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DOS MUNICIPIOS). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 861/1991 - ISENTA DO IPI OS VEICULOS ADQUIRIDOS POR ENTIDADES FILANTROPICAS, BENEFICENTES OU DE ASSISTENCIA

SOCIAL, NAS CONDIÇÕES QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PL 860/1991 - ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 82 DO DECRETO-LEI 2300, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986, QUE 'DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS'. **DADOS COMPLEMENTARES:** NÃO PERMITINDO QUE UM CONVENIO ENTRE DUAS INSTANCIAS GOVERNAMENTAIS POSSA SER ENCERRADO PELA MANIFESTAÇÃO UNILATERAL DE UMA DAS PARTES). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 859/1991 - DESTINA PREMIO PRESCRITOS DA LOTERIA FEDERAL, LOTERIA ESPORTIVA FEDERAL E LOTERIA DE NUMEROS (LOTO E SENA) AOS MUNICIPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA EM FUNÇÃO DE DISTURBIOS CLIMATICOS OU ATINGIDOS POR DESASTRES ECOLOGICOS.

PL 858/1991 - ACRESCENTA PARAGRAFO QUARTO AO ARTIGO 73 DA LEI 5988, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1973, QUE 'REGULA OS DIREITOS AUTORAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS'. **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPONDO SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DO NOME DO COMPOSITOR E DO AUTOR DA LETRA DAS COMPOSIÇÕES MUSICAIS, QUANDO DE SUA RETRANSMISSÃO OU EXECUÇÃO PUBLICA). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 740/1991 - DISPÕE SOBRE A EXIGENCIA DE ESCRITURA PUBLICA PARA OS CONTRATOS, NO AMBITO DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. **DADOS COMPLEMENTARES:** EXTINGUINDO-SE OS CONTRATOS POR INSTRUMENTO PARTICULAR). - PODER CONCLUSIVO DAS COMISSÕES - ARTIGO 24, INCISO II.

PL 564/1991 - ESTABELECE PRAZO PARA A DIVULGAÇÃO DE QUAISQUER PESQUISAS OU TESTES PRE-ELEITORAIS.

PL 458/1991 - ALTERA DISPOSITIVO DO CODIGO DE PROCESSO PENAL. **DADOS COMPLEMENTARES:** EXIGINDO O DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR PARA O EXERCICIO DA ATIVIDADE DE ESCRIVÃO DE POLICIA.

PLP 69/2011 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, PARA DETERMINAR O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, SOB PENA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE E SUBMETTER A LIMITAÇÃO DE EMPENHO À AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL.

PRC 212/2001 - DISPÕE SOBRE A APRECIÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA DOS PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **DADOS COMPLEMENTARES:** ALTERANDO O ARTIGO 204 DO REGIMENTO INTERNO.

PRC 135/2001 - INSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A DIVULGAÇÃO INDEVIDA DE DADOS PERTINENTES A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ITAMAR AUGUSTO CAUTEIRO FRANCO, HEBE CAMARGO, JOSÉ GENOÍNO NETO, ALÉM DE OUTRAS PESSOAS FÍSICAS CUJOS NOMES CONSTEM DO CD ANEXO, EFETUADA PELA SERASA - CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A.

PRC 61/1991 - ALTERA OS ARTS. 115 E 116 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** REDUZ PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO A MINISTRO DE ESTADO.

PRC 54/1991 - ALTERA O ARTIGO 65 DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARA DOS DEPUTADOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** DISPONDO QUE AS SESSÕES SOLENES SERÃO REALIZADAS APENAS AS SEGUNDAS E SEXTAS-FEIRAS).

PRC 45/1991 - INSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DESTINADA A INVESTIGAR ORIGENS E CONSEQUENCIAS DA DIVIDA INTERNA E EXTERNA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO.

PRC 17/1991 - DETERMINA A PUBLICAÇÃO MENSAL, NO DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL, DOS NOMES DOS DEPUTADOS AUSENTES AS SESSÕES REALIZADAS NA CAMARA.

PRC 16/1991 - REGULA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE TRANSPORTE AEREO PARA OS DEPUTADOS. **DADOS COMPLEMENTARES:** CONCEDENDO AOS DEPUTADOS, 04 PASSAGENS DE IDA E VOLTA AO SEU ESTADO DE ORIGEM NOS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO E NO MES DE JANEIRO, CASO HAJA CONVOCAÇÃO).

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2019.

**DEPUTADO RUBENS BUENO
(PPS/PR)**